

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.763
Preferenciais	0
Total	4.763
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.941.275	1.480.521
1.01	Ativo Circulante	718.132	691.180
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	505.142	132.084
1.01.02	Aplicações Financeiras	179.877	182.157
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	179.877	182.157
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	179.877	182.157
1.01.03	Contas a Receber	26.568	350.448
1.01.03.01	Clientes	26.491	21.624
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	77	328.824
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	77	328.824
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.384	19.092
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.384	19.092
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.657	902
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.504	6.497
1.01.08.03	Outros	3.504	6.497
1.01.08.03.02	Outros Créditos	3.504	6.497
1.02	Ativo Não Circulante	1.223.143	789.341
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	520.563	152.892
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	9.355
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	9.355
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	538	16
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	496.599	142.893
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	496.599	142.893
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	23.426	628
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	451	628
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	22.975	0
1.02.03	Imobilizado	4.121	3.553
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.566	3.553
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	555	0
1.02.04	Intangível	698.459	632.896
1.02.04.01	Intangíveis	698.459	632.896
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	698.459	632.896

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.941.275	1.480.521
2.01	Passivo Circulante	679.205	476.183
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.369	5.195
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.369	5.195
2.01.02	Fornecedores	14.522	22.755
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.522	22.755
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	14.522	22.755
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.685	20.209
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.344	17.769
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.491	11.482
2.01.03.01.02	Tributos Federais Retidos	1.853	6.287
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.341	2.440
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	584.467	346.365
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	312	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	312	0
2.01.04.02	Debêntures	584.155	346.365
2.01.05	Outras Obrigações	31.848	36.094
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.390	1.608
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	141	117
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.249	1.491
2.01.05.02	Outros	30.458	34.486
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.698	1.720
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais	7.892	9.879
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	3.924	9.540
2.01.05.02.07	Dividendos Propostos a pagar	7.964	7.964
2.01.05.02.08	Juros sobre Capital Próprio a pagar	8.475	5.383
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	505	0
2.01.06	Provisões	22.314	45.565
2.01.06.02	Outras Provisões	22.314	45.565
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	22.314	45.565
2.02	Passivo Não Circulante	1.007.661	807.669
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.004.201	799.968
2.02.01.02	Debêntures	1.004.201	799.968
2.02.02	Outras Obrigações	71	732
2.02.02.02	Outros	71	732
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	71	732
2.02.03	Tributos Diferidos	456	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	456	0
2.02.04	Provisões	2.933	6.969
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.933	4.556
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.443	2.967
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.453	1.552
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórios	37	37
2.02.04.02	Outras Provisões	0	2.413
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	0	2.413
2.03	Patrimônio Líquido	254.409	196.669

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.01	Capital Social Realizado	129.625	129.625
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	129.625	129.625
2.03.04	Reservas de Lucros	25.925	67.044
2.03.04.01	Reserva Legal	25.925	25.925
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	41.119
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	98.859	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	130.185	424.886	164.888	418.576
3.01.01	Receita dos Serviços	130.185	424.886	164.888	418.576
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-51.683	-219.511	-102.770	-256.393
3.02.01	Custos dos Serviços Prestados	-34.061	-104.428	-43.155	-134.358
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-17.622	-115.083	-59.615	-122.035
3.03	Resultado Bruto	78.502	205.375	62.118	162.183
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.612	-17.743	-7.165	-20.234
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.654	-17.965	-7.230	-20.509
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-5.858	-15.464	-6.760	-19.029
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-796	-2.501	-470	-1.480
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	42	222	65	275
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	42	222	65	275
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	71.890	187.632	54.953	141.949
3.06	Resultado Financeiro	-8.556	-28.269	-6.415	-19.353
3.06.01	Receitas Financeiras	14.495	42.420	21.659	40.984
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.051	-70.689	-28.074	-60.337
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-23.030	-70.668	-28.074	-60.337
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-21	-21	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	63.334	159.363	48.538	122.596
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.370	-50.534	-15.346	-37.739
3.08.01	Corrente	-15.393	-40.723	-13.767	-32.917
3.08.02	Diferido	-4.977	-9.811	-1.579	-4.822
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	42.964	108.829	33.192	84.857
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	42.964	108.829	33.192	84.857
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	9,02040	22,84880	6,96872	17,81590
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.99.02.01	ON	9,02040	22,84880	6,96872	17,81590

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	42.964	108.829	33.192	84.857
4.03	Resultado Abrangente do Período	42.964	108.829	33.192	84.857

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	208.444	203.515
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	220.661	215.786
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	108.829	84.857
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	52.198	38.284
6.01.01.03	Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	108	52
6.01.01.04	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	438	1.217
6.01.01.05	Receitas c/ Juros s/ Empréstimos Partes Relacionadas	-28.589	-22.183
6.01.01.08	Juros sobre debêntures	69.731	53.166
6.01.01.09	Resultado Financeiro s/ Ajuste a Valor Presente	1.997	1.530
6.01.01.10	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	248	638
6.01.01.11	Provisão para Manutenção em Rodovias	5.890	53.403
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.811	4.822
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.715	-12.271
6.01.02.02	Contas à Receber	-4.867	-2.789
6.01.02.03	Outros Créditos	2.993	-45
6.01.02.04	Impostos à Recuperar	-3.483	-1.326
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-1.284	-410
6.01.02.06	Fornecedores	468	1.432
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	-208	182
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores	481	396
6.01.02.09	Obrigações Sociais	1.174	1.418
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	28.055	19.670
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-34.749	-26.978
6.01.02.12	Outras Contas à Pagar	-22	-3.078
6.01.02.13	Credores pela Concessão	72	25
6.01.02.14	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	-1.871	-848
6.01.02.15	Depósitos judiciais	177	82
6.01.02.17	Custo de transação	1.135	0
6.01.02.18	Contas a receber - partes relacionadas	214	-2
6.01.03	Outros	-502	0
6.01.03.01	Arrendamento mercantil pago (IFRS16)	-502	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-151.629	-393.135
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-788	-1.312
6.02.02	Aquisição de Intangível	-153.121	-166.046
6.02.03	Aplicações Financeiras	2.280	-225.777
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	316.243	394.508
6.03.01	Risco Sacado - captação	652	0
6.03.02	Risco sacado - pagamento	-335	0
6.03.03	Captações de empréstimos empresas ligadas	150.000	-100.000
6.03.04	Pagamentos empréstimos empresas ligadas - principal	-150.000	0
6.03.05	Pagamentos empréstimos empresas ligadas - juros	-872	0
6.03.06	Emissão de debêntures	400.000	800.000
6.03.07	Pagamentos debêntures - principal	0	-204.000
6.03.08	Pagamentos debêntures - juros	-29.843	-15.883
6.03.09	Distribuição de juros sobre capital próprio	-5.383	-8.546

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.03.10	Pagamento de dividendos	-41.118	-98.674
6.03.11	Pagamento de credores pela concessão	-6.858	-6.505
6.03.12	Recebimento empréstimos empresas ligadas - principal	0	22.796
6.03.13	Recebimento empréstimos empresas ligadas - juros	0	5.320
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	373.058	204.888
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	132.084	83.020
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	505.142	287.908

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.625	0	67.044	0	0	196.669
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.625	0	67.044	0	0	196.669
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-41.119	-9.970	0	-51.089
5.04.06	Dividendos	0	0	-41.119	0	0	-41.119
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.970	0	-9.970
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	108.829	0	108.829
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	108.829	0	108.829
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	98.859	-98.859	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	98.859	-98.859	0	0
5.07	Saldos Finais	129.625	0	124.784	0	0	254.409

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.625	0	134.599	0	0	264.224
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.625	0	134.599	0	0	264.224
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-108.674	-12.211	0	-120.886
5.04.06	Dividendos	0	0	-98.674	0	0	-98.674
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.211	0	-12.211
5.04.08	Dividendos Propostos	0	0	-10.000	0	0	-10.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	84.857	0	84.858
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.857	0	84.858
5.07	Saldos Finais	129.625	0	25.925	72.646	0	228.196

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	453.673	447.258
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	332.535	319.677
7.01.02	Outras Receitas	121.138	127.581
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	115.083	122.035
7.01.02.02	Receitas Acessórias	6.055	5.546
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-159.280	-211.752
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-17.998	-14.864
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.402	-11.073
7.02.04	Outros	-130.880	-185.815
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-115.083	-122.035
7.02.04.02	Custo da Concessão	-7.818	-7.447
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-5.890	-53.403
7.02.04.04	Outros	-2.089	-2.930
7.03	Valor Adicionado Bruto	294.393	235.506
7.04	Retenções	-52.198	-38.284
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-52.198	-38.284
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	242.195	197.222
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.399	42.022
7.06.02	Receitas Financeiras	42.420	40.984
7.06.03	Outros	979	1.038
7.06.03.01	Juros capitalizados	1.000	1.038
7.06.03.02	Outros	-21	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	285.594	239.244
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	285.594	239.244
7.08.01	Pessoal	25.835	25.670
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.429	20.616
7.08.01.02	Benefícios	3.992	3.778
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.414	1.276
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	75.657	68.524
7.08.02.01	Federais	58.707	52.249
7.08.02.02	Estaduais	2	2
7.08.02.03	Municipais	16.948	16.273
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.273	60.193
7.08.03.01	Juros	69.731	53.166
7.08.03.02	Aluguéis	128	1.148
7.08.03.03	Outras	5.414	5.879
7.08.03.03.01	Outras remunerações	4.414	4.841
7.08.03.03.02	Juros capitalizados	1.000	1.038
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	108.829	84.857
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.970	12.211
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	98.859	72.646

Comentário do Desempenho



Araras, 13 de novembro de 2019 – A Intervias S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado do terceiro trimestre 2019, período encerrado em 30 de setembro de 2019. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

O volume do tráfego pedagiado no 3T19 foi de 16,2 milhões de veículos equivalentes, apresentando leve alta de 2,3%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Em relação aos 9M19 o volume de tráfego pedagiado foi de 45,9 milhões de veículos equivalentes, apresentando um leve queda de 0,3% quando comparado aos 46,0 milhões dos 9M18.

Receita Operacional Bruta:

A Companhia obteve uma receita bruta total no 3T19 de R\$ 140,8 milhões, apresentando uma queda de R\$ 34,2 milhões ou 19,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em relação aos 9M19, a receita bruta total, apresentou um aumento de R\$ 6,5 milhões ou 1,4%. As principais variações são as que seguem:

- ✓ A receita de pedágio apresentou um acréscimo de 6,7% ou R\$ 7,6 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior, impactado pelo crescimento do tráfego mencionado acima e pelo reajuste tarifário com base no IPCA de 4,66% realizado em julho/19. Em relação aos 9M19, foi observado um acréscimo de 4,0% ou R\$ 12,9 milhões, que reflete o efeito do reajuste tarifário.
- ✓ As receitas de obras apresentaram queda de R\$ 41,9 milhão em comparação ao 3T18 e em comparação aos 9M18 apresentou queda de R\$ 6,9 milhões. Essas variações se devem principalmente em função da conclusão das obras de duplicação da SP-147 e SP-191. Os mesmos valores apresentados como receitas de obras são apresentados como custo de construção e não geram efeitos no resultado.

Comentário do Desempenho



Custos e Despesas Operacionais:

Os custos e despesas totais no 3T19 (excluído depreciação e amortização) reduziram R\$ 57,8 milhões ou 59,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior e R\$ 53,3 milhões ou 22,4% em comparação aos 9M18, justificados pelos seguintes fatores:

- ✓ Em relação ao 3T18 houve aumento de R\$ 0,4 milhões ou 2,2% em serviços de terceiros, devido principalmente ao reajuste contratual em Serviços de APH e Serviços de Transporte de Colaboradores, e maiores custos com serviços de roçada e limpeza de faixa de domínio. Na comparação com os 9M18 houve aumento de R\$ 4,0 milhões, devido principalmente a maiores custos com serviços de roçada e limpeza de faixa de domínio;
- ✓ Redução de R\$ 41,9 milhões com os custos de serviços de construção em comparação ao 3T18. Essa variação se deve principalmente em função da conclusão das obras de duplicação da SP-147 e SP-191. Na comparação com os 9M18 houve redução de R\$ 6,9 milhões. Os mesmos valores apresentados como custo de construção são apresentados como receitas de obras e não geram efeitos no resultado.
- ✓ Redução nas despesas administrativas de R\$ 1,3 milhões em relação ao 3T18, e redução de R\$ 4,0 milhões no comparativo aos 9M18, devido principalmente pela reversão em contingências jurídicas em decorrência de acordos firmados e redução nas despesas com a Holding.
- ✓ A provisão de manutenção apresentou redução de R\$ 15,3 milhões se comparado ao 3T18 e R\$ 47,5 milhões em relação aos 9M18. As provisões de manutenção variam em função das revisões periódicas das necessidades de intervenções futuras que por sua vez são decorrentes de obrigações previstas no contrato de concessão.

EBITDA e EBITDA Ajustado:

Em relação ao 3T18 e aos 9M18, o EBITDA aumentou 34,0% e 33,1% respectivamente em função do resultado da revisão do cronograma de obras de manutenção e redução das despesas administrativas.

O EBITDA ajustado apresentou um aumento de 9,5% na comparação ao 3T18 e 5,2% em relação aos 9M18. Essas variações foram influenciadas principalmente pelo aumento da receita de pedágio e da redução dos custos dos serviços prestados apresentados acima.

Comentário do Desempenho



Resultado Financeiro:

A Companhia obteve no 3T19, um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 8,6 milhões, apresentando um aumento de 33,4% em relação ao ano mesmo período do ano anterior. Em relação aos 9M18, houve uma redução de 46,1%. As principais variações foram:

- ✓ Na comparação ao 3T18 as receitas financeiras apresentaram uma queda de 28,3%, que correspondeu a R\$ 6,1 milhões. Na comparação com os 9M18, houve aumento de 6,0%, que correspondeu a R\$ 2,5 milhões. As receitas financeiras variam principalmente em função do saldo médio de caixa da Sociedade e da variação das taxas de juros praticadas em cada período analisado;
- ✓ As despesas financeiras apresentaram queda de 14,2% em relação ao 3T18 que correspondeu a R\$ 4,0 milhões. No comparativo com os 9M18 houve um aumento de 18,9% que correspondeu a R\$ 11,3 milhões. Essas variações são justificadas principalmente pela variação nos indicadores financeiros IPCA e CDI aos quais as Debêntures são indexadas.

Lucro Líquido:

A Companhia obteve lucro de R\$ 42,9 milhões no 3T19, apresentando acréscimo de R\$ 9,7 milhões em comparação ao 3T18, influenciado principalmente pelo aumento na receita de pedágio, redução dos custos com provisão de manutenção.

Na comparação com os 9M18 apresentou acréscimo de 23,9 milhões. As principais variações foram o aumento da receita de pedágio, redução de custos e despesas e melhora do resultado financeiro.

Endividamento:

A Intervias encerrou o 3T19 com endividamento bruto de R\$ 1,6 bilhões, apresentando um aumento de 30,3% quando comparado com o 3T18. Tal incremento se deu pela 7ª emissão de debêntures realizada em setembro de 2019.

O endividamento líquido da Companhia no 3T19 foi de R\$ 903,6 milhões. Em relação ao 3T18 houve aumento de R\$ 197,9 milhões.

Investimentos:

O total de investimentos realizados pela Companhia em suas rodovias no 3T19 foi de R\$ 33,7 milhões. Deste total, R\$ 24,2 milhões foram destinados para obras de infraestrutura (registradas no ativo intangível e imobilizado) e R\$ 9,5 milhões corresponderam à manutenção realizada. No acumulado do ano o total de investimentos foi de R\$ 153,9 milhões.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	3T19	2T19	3T18	Var% 3T19/2T19	Var% 3T19/3T18	9M19	9M18	Var% 9M19/9M18
Concessionárias do Interior Paulista - Intervias S/A	16.290	15.100	15.921	7,9%	2,3%	45.902	46.039	-0,3%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS								
	3T19	2T19	3T18	3T19/2T19	3T19/3T18	9M19	9M18	Var% 9M19/9M18
RECETA OPERACIONAL BRUTA	140.798	144.030	174.965	-2,2%	-19,5%	453.451	446.982	1,4%
Receitas de pedágio	121.128	107.717	113.481	12,5%	6,7%	332.535	319.677	4,0%
Receitas de obras	17.622	34.363	59.615	-48,7%	-70,4%	115.083	122.035	-5,7%
Receitas acessórias	2.048	1.950	1.869	5,0%	9,6%	5.833	5.270	10,7%
DEDUÇÕES DA RECETA	(10.613)	(9.462)	(10.077)	12,2%	5,3%	(28.565)	(28.406)	0,6%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	130.185	134.568	164.888	-3,3%	-21,0%	424.886	418.576	1,5%
CUSTOS E DESPESAS	(38.912)	(57.595)	(96.822)	-32,4%	-59,8%	(185.056)	(238.343)	-22,4%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(15.882)	(16.180)	(15.543)	-1,8%	2,2%	(47.143)	(43.046)	9,5%
Custo dos serv. de construção	(17.622)	(34.363)	(59.615)	-48,7%	-70,4%	(115.083)	(122.035)	-5,7%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.327)	(5.388)	(6.621)	-1,1%	-19,5%	(14.661)	(18.654)	-21,4%
Remuneração da administração	(796)	(696)	(470)	14,4%	69,4%	(2.501)	(1.480)	69,0%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	673	(1.099)	(14.638)	-161,2%	-104,6%	(5.890)	(53.403)	-89,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	42	131	65	-67,9%	-35,4%	222	275	-19,3%
EBITDA	91.273	76.973	68.066	18,6%	34,1%	239.830	180.233	33,1%
Margem EBITDA	81,1%	76,8%	64,7%	0,4 p.p.	0,7 p.p.	77,4%	60,8%	16,6 p.p.
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(19.383)	(18.252)	(13.113)	6,2%	47,8%	(52.198)	(38.284)	36,3%
Depreciação de imobilizado	(522)	(128)	(139)	307,8%	275,5%	(775)	(373)	107,8%
Amortização do intangível	(18.675)	(17.945)	(12.974)	4,1%	43,9%	(50.884)	(37.911)	34,2%
Amortização do direito de uso	(186)	(179)	-	-	-	(539)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(8.556)	(12.566)	(6.415)	-31,9%	33,4%	(28.269)	(19.353)	46,1%
Receitas financeiras	15.521	13.713	21.659	13,2%	-28,3%	43.446	40.984	6,0%
Despesas financeiras	(24.077)	(26.279)	(28.074)	-8,4%	-14,2%	(71.715)	(60.337)	18,9%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	63.334	46.155	48.538	37,2%	30,5%	159.363	122.596	30,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(20.370)	(14.415)	(15.346)	41,3%	32,7%	(50.534)	(37.739)	33,9%
Corrente	(15.393)	(13.462)	(13.767)	14,3%	11,8%	(40.723)	(32.917)	23,7%
Diferido	(4.977)	(953)	(1.579)	422,2%	215,2%	(9.811)	(4.822)	103,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	42.964	31.740	33.192	35,4%	29,4%	108.829	84.857	28,2%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	3T19	2T19	3T18	Var%	3T19/3T18	9M19	9M18	Var% 9M19/9M18
EBITDA¹	91.273	76.973	68.066	18,6%	34,1%	239.830	180.233	33,1%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(673)	1.099	14.638	-161,2%	-104,6%	5.890	53.403	-89,0%
EBITDA Ajustado²	90.600	78.072	82.704	16,0%	9,5%	245.720	233.636	5,2%
Margem EBITDA Ajustado ²	80,5%	77,9%	78,6%	2,6 p.p.	1,9 p.p.	79,3%	78,8%	0,5 p.p.

† EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida, excluindo as Receitas de Obras.

A Intervias S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os websites ri.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em "acesso rápido", o item "ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações").

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Informações Contábeis Intermediárias para o
Trimestre e Período de nove Meses Findos em
30 de setembro de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028. A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos. No entanto a Sociedade continua em negociação junto a ARTESP com a finalidade de definir a melhor maneira de reequilibrar as manutenções necessárias referentes ao período de concessão prorrogado.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, aprovou a inclusão no cronograma físico - financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira - KM 46+250 - Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 1 de abril de 2028.

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A emissão das informações contábeis intermediárias da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de novembro de 2019.

Notas Explicativas

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

A Sociedade estima em 30 de setembro de 2019, o montante de R\$77.024 (R\$201.605 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$24.688 (R\$53.804 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$101.712, as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 27 de fevereiro de 2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações contábeis intermediárias estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações contábeis intermediárias, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações contábeis intermediárias comparativas abrangendo esse tema não foram reapresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

Notas Explicativas

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual.
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42%a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacionais, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento

Notas Explicativas

com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados abaixo:

i) Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 no balanço patrimonial:

	Valores antes da adoção do CPC 06	Ajuste CPC 06	Valores após a adoção do CPC 06 em 01.01.2019
Ativo			
Circulante	691.180	-	691.180
Não circulante	789.341	1.044	790.385
Direito de uso - IFRS 16	-	1.044	1.044
	<u>1.480.521</u>	<u>1.044</u>	<u>1.481.565</u>
Passivo			
Circulante	476.183	622	476.805
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	622	622
Não circulante	807.669	422	808.091
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	422	422
Patrimônio líquido	196.669	-	196.669
	<u>1.480.521</u>	<u>1.044</u>	<u>1.481.565</u>

ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

Reapresentação do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 e das demonstrações dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018

A Sociedade, objetivando a melhor apresentação de seus investimentos em "Fundos de Investimentos", anteriormente apresentados na rubrica de "Caixa e equivalente de caixa", entendeu que deve ser mais adequadamente classificado na rubrica de "Aplicações Financeiras" todo e qualquer título de investimento diferente de "LFT e CDB", sendo estes "Letra Financeira, NTN, LTN e, outros". Esta alocação reflete de forma mais acurada no que diz o "CPC 03 (R2)" e "CVM OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2019) – Item 10: Equivalente de caixa – LFT's" e propicia uma melhor apresentação quanto a sua posição de investimentos, adotando, portanto, uma mudança em sua política contábil anteriormente adotada.

Em atendimento as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Sociedade alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete sua posição de investimentos da Sociedade (pelos argumentos acima mencionados e em linha com o parágrafo 14 item "(b)" do respectivo CPC anteriormente mencionado) e, portanto, procedeu as reclassificações de forma retrospectiva em suas informações correspondentes apresentadas para fins comparativos, em relação à aquelas originalmente emitidas.

Para fins comparativos às informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, o impacto se dará da seguinte forma:

Notas Explicativas

- Reapresentação nas informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 referente ao saldo de Caixa e Equivalente de Caixa – Balanço Patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitido em 27 de fevereiro de 2019.

Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018

<u>ATIVO</u>	<u>Originalmente Apresentado 31.12.2018</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado 31.12.2018</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	314.241	(182.157)	132.084
Aplicações Financeiras	-	182.157	182.157
Contas a receber	21.624	-	21.624
Contas a receber - partes relacionadas	328.824	-	328.824
Despesas antecipadas	787	-	787
Impostos a recuperar	19.092	-	19.092
Adiantamentos a fornecedor	115	-	115
Outros créditos	6.497	-	6.497
Total dos ativos circulantes	691.180	-	691.180
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber - partes relacionadas	142.893	-	142.893
Despesas antecipadas	16	-	16
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.355	-	9.355
Depósitos judiciais	628	-	628
Imobilizado	3.553	-	3.553
Intangível	632.896	-	632.896
Total dos ativos não circulantes	789.341	-	789.341
TOTAL DO ATIVO	1.480.521	-	1.480.521

Balanço patrimonial de 1 de janeiro de 2018

<u>ATIVOS</u>	<u>Originalmente Apresentada 01.01.2018</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado 01.01.2018</u>
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	83.020	(60.524)	22.496
Aplicações financeiras	-	60.524	60.524
Contas a receber	21.773	-	21.773
Contas a receber - partes relacionadas	209	-	209
Impostos a recuperar	7.635	-	7.635
Despesas antecipadas	992	-	992
Outros créditos	1.020	-	1.020
Total dos ativos circulantes	114.649	-	114.649
NÃO CIRCULANTES			
Impostos a recuperar	14.771	-	14.771
Contas a receber - partes relacionadas	332.924	-	332.924
Despesas antecipadas	10	-	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.859	-	5.859
Depósitos judiciais	858	-	858
Imobilizado	2.483	-	2.483
Intangível	499.786	-	499.786
Total dos ativos não circulantes	856.691	-	856.691
TOTAL DOS ATIVOS	971.340	-	971.340

Notas Explicativas

- Reapresentação nas informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 referente ao saldo de Caixa e Equivalente de Caixa - Demonstração do Fluxo de Caixa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, originalmente emitido em 13 de novembro de 2018.

	Originalmente Apresentado 30.09.2018	Reclassificação	Reapresentado 30.09.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	84.857	-	84.857
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	38.284	-	38.284
Baixa de ativos permanentes	52	-	52
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.822	-	4.822
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	1.217	-	1.217
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(22.183)	-	(22.183)
Juros e variações monetárias de debêntures	53.166	-	53.166
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	1.530	-	1.530
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	638	-	638
Constituição de provisão para manutenção	53.403	-	53.403
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber	(2.789)	-	(2.789)
Contas a receber - partes relacionadas	(2)	-	(2)
Despesas antecipadas	(410)	-	(410)
Impostos a recuperar	(1.326)	-	(1.326)
Outros créditos	(45)	-	(45)
Depósitos judiciais	82	-	82
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores	1.432	-	1.432
Fornecedores - partes relacionadas	182	-	182
Cauções contratuais de fornecedores	396	-	396
Direito de uso pagos	-	-	-
Obrigações sociais	1.418	-	1.418
Obrigações fiscais	19.670	-	19.670
Imposto de renda e contribuição social pagos	(26.978)	-	(26.978)
Outras contas a pagar	(3.078)	-	(3.078)
Custo de transação - empréstimo	-	-	-
Credores pela concessão	25	-	25
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(848)	-	(848)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	203.515	-	203.515
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(1.312)	-	(1.312)
Aquisições de itens do intangível	(166.046)	-	(166.046)
Aplicação Financeira	-	(225.777)	(225.777)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(167.358)	(225.777)	(393.135)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações de empréstimos	(100.000)	-	(100.000)
Recebimento empréstimos empresas ligadas - principal	22.796	-	22.796
Recebimento empréstimos empresas ligadas - juros	5.320	-	5.320
Emissão de debêntures	800.000	-	800.000
Pagamentos debêntures - principal	(204.000)	-	(204.000)
Pagamentos debêntures - juros	(15.883)	-	(15.883)
Distribuição juros sobre capital próprio	(8.546)	-	(8.546)
Pagamento de dividendos	(98.674)	-	(98.674)
Pagamento de credores pela concessão	(6.505)	-	(6.505)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	394.508	-	394.508
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	430.665	(225.777)	204.888
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	83.020	-	83.020
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	513.685	(225.777)	287.908

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, bem como não impactam covenants.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.09.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		Reapresentado
Caixa e contas bancárias	103.036	3.130
CDB / Compromissadas	300.000	-
Fundos de investimentos (*)	<u>102.106</u>	<u>128.954</u>
Total	<u><u>505.142</u></u>	<u><u>132.084</u></u>
	<u>30.09.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Aplicações financeiras</u>		Reapresentado
Fundos de investimentos (**)	<u>179.877</u>	<u>182.157</u>
Total	<u><u>179.877</u></u>	<u><u>182.157</u></u>

* Cotas lastreadas em CDB, compromissadas, LFT e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

** Cotas lastreadas em NTN-B, NTN-F, LTN, LF e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente a, na média, 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,35% em 31 de dezembro de 2018). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade e de suas controladas.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	25.534	21.034
Cupons de pedágio a receber	382	322
Cartões de pedágio a receber	304	182
Receitas acessórias a receber	269	85
Outras receitas a receber	<u>2</u>	<u>1</u>
Total	<u><u>26.491</u></u>	<u><u>21.624</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 26 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 é como segue:

Notas Explicativas

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.334	159.363	48.538	122.596
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(21.534)	(54.183)	(16.503)	(41.683)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	1.062	3.390	1.080	4.152
Outras diferenças permanentes	102	259	77	(208)
Total	(20.370)	(50.534)	(15.346)	(37.739)
Impostos diferidos não constituídos	-	-	-	-
Imposto Contabilizado	(20.370)	(50.534)	(15.346)	(37.739)
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(15.393)	(40.723)	(13.767)	(32.917)
Diferido	(4.977)	(9.811)	(1.579)	(4.822)
Total	(20.370)	(50.534)	(15.346)	(37.739)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
<u>Não circulante</u>				
<u>Diferenças temporárias ativas</u>				
Provisão de participação nos lucros	-	1.869	1.464	-
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (a)	-	4.556	2.933	-
Outras provisões	-	70	627	-
Provisão para manutenção de rodovias	-	47.978	22.314	-
Pis e Cofins s/receitas	-	4.303	-	-
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	-	-	(4)	-
Arrendamentos - IFRS 16	-	-	21	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	-	58.776	27.355	-
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	-	19.984	9.301	-
<u>Diferenças temporárias passivas</u>				
Direito de concessão incorporado (b)	-	(11.902)	(10.919)	-
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	-	(3.170)	(2.924)	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)				
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	-	(23.314)	(23.314)	-
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	-	7.123	8.460	-
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	-	(31.263)	(28.697)	-
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	-	(10.629)	(9.757)	-
Base do imposto de renda e contribuição social	-	9.355	(456)	-
Impostos diferidos não constituídos	-	-	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	-	9.355	(456)	-

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do seu Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Notas Explicativas

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Passivo não circulante</u>
2019	7.638
2020	206
2021	206
2022	206
2023	206
Após 2023	839
	<u>9.301</u>

8. DIREITO DE USO

Os principais impactos decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 estão demonstrados abaixo:

	<u>Veículos (a)</u>	<u>Veículos operacionais (b)</u>	<u>Computadores e periféricos (c)</u>	<u>Imóveis (d)</u>	<u>Total</u>
<u>Custo direito de uso</u>					
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-
Adições	261	358	394	81	1.094
Saldo em 30.09.2019	<u>261</u>	<u>358</u>	<u>394</u>	<u>81</u>	<u>1.094</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-
Amortização	(132)	(171)	(197)	(39)	(539)
Saldo em 30.09.2019	<u>(132)</u>	<u>(171)</u>	<u>(197)</u>	<u>(39)</u>	<u>(539)</u>
<u>Direito de uso líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2019	129	187	197	42	555
	50%	48%	50%	48%	

- (a) Refere-se a veículos administrativos.
- (b) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (c) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (d) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Total
Custo do imobilizado				
Saldo em 31.12.2017	6.249	-	-	6.249
Adições	28	725	861	1.614
Transferências/reclassificações	(4.385)	4.385	-	-
Alienações/baixas	-	-	(49)	(49)
Saldo em 31.12.2018	1.892	5.110	812	7.814
Adições	37	235	516	788
Saldo em 30.09.2019	<u>1.929</u>	<u>5.345</u>	<u>1.328</u>	<u>8.602</u>
Depreciação acumulada				
Saldo em 31.12.2018	(1.000)	(3.135)	(126)	(4.261)
Depreciações	(51)	(588)	(136)	(775)
Saldo em 30.09.2019	<u>(1.051)</u>	<u>(3.723)</u>	<u>(262)</u>	<u>(5.036)</u>
Imobilizado líquido				
Saldo em 31.12.2018	892	1.975	686	3.553
Saldo em 30.09.2019	878	1.622	1.066	3.566
Taxas de depreciação - a.a.	10%	18%	14%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Total
Custo do imobilizado				
Saldo em 31.12.2017	6.249	-	-	6.249
Adições	-	725	587	1.312
Transferências/reclassificações	(4.385)	4.385	-	-
Alienações/baixas	-	-	(49)	(49)
Saldo em 30.09.2018	<u>1.864</u>	<u>5.110</u>	<u>538</u>	<u>7.512</u>
Depreciação acumulada				
Saldo em 31.12.2016	(3.439)	-	-	(3.439)
Depreciações	(416)	-	-	(416)
Transferências/reclassificações	89	-	-	89
Saldo em 31.12.2017	(3.766)	-	-	(3.766)
Depreciações	(232)	(40)	(87)	(359)
Transferências/reclassificações	2.833	(2.833)	-	-
Saldo em 30.09.2018	<u>(1.165)</u>	<u>(2.873)</u>	<u>(87)</u>	<u>(4.125)</u>
Imobilizado líquido				
Saldo em 31.12.2017	2.483	-	-	2.483
Saldo em 30.09.2018	699	2.237	451	3.387
Taxas de depreciação - a.a.	4%	8%	9%	

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31.12.2018	950.989	28.434	60.152	3.490	137.636	1.180.701
Adições	42.547	-	-	471	73.537	116.555
Transferências/reclassificações	211.157	-	-	-	(211.157)	-
Alienações/baixas	(566)	-	-	-	-	(566)
Saldo em 30.09.2019	<u>1.204.127</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>3.961</u>	<u>16</u>	<u>1.296.690</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2018	(486.094)	(18.401)	(41.875)	(1.435)	-	(547.805)
Amortizações	(47.803)	(805)	(2.085)	(191)	-	(50.884)
Alienações/baixas	458	-	-	-	-	458
Saldo em 30.09.2019	<u>(533.439)</u>	<u>(19.206)</u>	<u>(43.960)</u>	<u>(1.626)</u>	<u>-</u>	<u>(598.231)</u>
Intangível líquido						
Saldo em 31.12.2018	464.895	10.033	18.277	2.055	137.636	632.896
Saldo em 30.09.2019	670.688	9.228	16.192	2.335	16	698.459
Taxas de amortização - a.a.	6%	4%	5%	6%		

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31.12.2017	898.291	28.434	60.152	3.206	5.165	995.248
Adições	34.710	-	-	245	88.118	123.073
Transferências/reclassificações	3.021	-	-	-	(3.021)	-
Alienações/baixas	(3)	-	-	-	-	(3)
Saldo em 30.09.2018	<u>936.019</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>3.451</u>	<u>90.262</u>	<u>1.118.318</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2017	(437.574)	(17.577)	(39.096)	(1.215)	-	(495.462)
Amortizações	(35.566)	(618)	(1.578)	(163)	-	(37.925)
Saldo em 30.09.2018	<u>(473.140)</u>	<u>(18.195)</u>	<u>(40.674)</u>	<u>(1.378)</u>	<u>-</u>	<u>(533.387)</u>
Intangível líquido						
Saldo em 31.12.2017	460.717	10.857	21.056	1.991	5.165	499.786
Saldo em 30.09.2018	462.879	10.239	19.478	2.073	90.262	584.931
Taxas de amortização - a.a.	5%	4%	3%	6%		

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 16.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018. Para o período findo em 30 de setembro de 2019 a Sociedade não identificou nenhum evento que levasse à necessidade de um novo teste no trimestre.

No período findo em 30 de setembro de 2019, a Sociedade capitalizou o montante de R\$1.000 (R\$1.038 em 30 de setembro de 2018) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2019 e 2018 foi de 0,35% a.a..

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Moeda local	30.09.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Captações/Renovações	652	-	652
Amortização de principal	(335)	-	(335)
AVP/Risco sacado	(5)	-	(5)
	<u>312</u>	<u>-</u>	<u>312</u>
Custo de transação	-	-	-
Saldo final	<u>312</u>	<u>-</u>	<u>312</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.09.2019	31.12.2018
Risco sacado	0,80% a.m.	Até 60 dias	Aval acionistas	<u>312</u>	<u>312</u>
				<u>312</u>	<u>312</u>

Em 30 de setembro de 2019, o saldo de R\$312 refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$4.000 e taxa média de 0,80% ao mês.

Notas Explicativas

12. DEBÊNTURES

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.09.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	347.814	802.780	1.150.594	263.424	326.319	589.743
Captações/Renovações	-	400.000	400.000	-	800.000	800.000
Juros provisionados	67.066	3.665	70.731	65.017	11.405	76.422
Amortização de principal	-	-	-	(253.995)	-	(253.995)
Pagamento de juros	(29.843)	-	(29.843)	(61.576)	-	(61.576)
Transferência	200.000	(200.000)	-	334.944	(334.944)	-
	<u>585.037</u>	<u>1.006.445</u>	<u>1.591.482</u>	<u>347.814</u>	<u>802.780</u>	<u>1.150.594</u>
Custo de transação	(882)	(2.244)	(3.126)	(1.449)	(2.812)	(4.261)
Saldo final	<u>584.155</u>	<u>1.004.201</u>	<u>1.588.356</u>	<u>346.365</u>	<u>799.968</u>	<u>1.146.333</u>

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.09.2019	31.12.2018
4º emissão - 1º série	15.000	CDI+1,10%a.a.	out/19	51.686	50.769
4º emissão - 2º série	22.500	IPCA+5,96%a.a.	out/19	311.776	290.268
5º emissão - 1º Série	200.000	CDI+0,47%a.a.	mai/20	205.015	201.595
5º emissão - 2º Série	191.177	CDI+0,90%a.a.	mai/23	196.293	192.800
5º emissão - 3º Série	282.813	CDI+1,35%a.a.	mai/25	290.879	285.365
5º emissão - 4º Série	126.010	IPCA+6,76%a.a.	mai/25	135.833	129.797
7º emissão - Série única	400.000	CDI+0,69%a.a.	set/24	400.000	-
				<u>1.591.482</u>	<u>1.150.594</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
4º emissão - 1º série	15.10.2014	150.000	10	05.11.2014	151.025
4º emissão - 2º série	15.10.2014	225.000	10	05.11.2014	226.615
5º emissão - 1º Série	15.05.2018	200.000	1	11.06.2018	200.000
5º emissão - 2º Série	15.05.2018	191.177	1	11.06.2018	191.177
5º emissão - 3º Série	15.05.2018	282.813	1	11.06.2018	282.813
5º emissão - 4º Série	15.05.2018	126.010	1	11.06.2018	126.010
7º emissão - Série única	25.09.2019	400.000	1	30.09.2019	400.000
		<u>1.575.000</u>			<u>1.577.640</u>

O valor justo das debêntures registradas nos passivos circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Em 30 de setembro de 2019, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2022	228.909
2023	228.909
Após 2023	548.627
	<u>1.006.445</u>

As debêntures da 4ª e 5ª Emissão da Sociedade não apresentam garantias.

A debêntures da 7ª Emissão possui fiança da Arteris como garantia.

Notas Explicativas

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxos de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, através de contratos de debêntures privada, para suprir a necessidade de capital de giro do Grupo Arteris.

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme estipulados nas cláusulas de vencimento antecipado constantes nas escrituras de emissão de cada uma das emissões, arquivadas na CVM. Em 30 de setembro de 2019, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

13. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Estão compostos por:

	30.09.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	622	472	1.094
Utilização	(569)	-	(569)
Ajuste a valor presente - AVP	51	-	51
Transferência	401	(401)	-
	<u>505</u>	<u>71</u>	<u>576</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2019, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$502.

Em 30 de setembro de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2020	58
2021	10
2022	3
	<u>71</u>

Notas Explicativas

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 e as transações realizadas em 30 de setembro de 2019 e de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Autovias S.A. (a)	26	4
Centrovias S.A. (a)	30	210
Vianorte S.A. (a)	21	77
Debêntures a receber:		
Arteris S.A. - controladora (d)	-	328.533
Total do ativo circulante	<u>77</u>	<u>328.824</u>
 <u>Ativo não circulante</u>		
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Debêntures a receber:		
Arteris S.A. - controladora (d)	496.599	142.893
Total do ativo não circulante	<u>496.599</u>	<u>142.893</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (b)	1.249	1.491
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	141	117
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A. - controladora (f)	4.322	2.745
Arteris Participações (f)	4.153	2.638
Dividendos a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (e)	4.062	4.062
Arteris Participações (e)	3.902	3.902
Total do passivo circulante	<u>17.829</u>	<u>14.955</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	PERÍODO					
	30.09.2019			30.09.2018		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (d/g)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (d/g)	Despesas gerais (a)/(b)
Controladora						
Arteris S.A.	-	28.589	(13.130)	-	22.183	(11.448)
Outras partes relacionadas						
Autovias S.A.	-	-	(511)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(915)	-	-	(5.254)	-	-
Total	(915)	28.589	(13.641)	(5.254)	22.183	(11.448)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.09.2019			30.09.2018		
	Conservação da rodovia (b)	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (d/g)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (d/g)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	9.262	(4.185)	-	8.158	(3.977)
Outras partes relacionadas						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(366)	-	-	(1.797)	-	-
Total	(366)	9.262	(4.185)	(1.797)	8.158	(3.977)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- (a) Refere-se a despesas administrativas de outras empresas do grupo Arteris pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", com base na receita das empresas do grupo, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.
- (c) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (d) Refere-se as emissões de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado com a Arteris S.A. para suprir a necessidade de capital de giro da controladora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescido do spread variando de 1,2% a 2,0% ao ano, com vencimento do principal e juros conforme quadro abaixo:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
25.06.2015	31.12.2021	CDI + 2,0% a.a.	226.410	120.483	226.410	102.123
02.08.2018	02.08.2021	CDI + 1,2% a.a.	100.000	7.493	100.000	2.582
14.11.2018	12.11.2021	CDI + 1,2% a.a.	40.000	2.213	40.000	311
			<u>366.410</u>	<u>130.189</u>	<u>366.410</u>	<u>105.016</u>

- (e) Saldo a pagar da distribuição de dividendos conforme nota explicativa 18.b.
- (f) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa 18.b.
- (g) Em junho de 2019, a Sociedade celebrou a 6ª emissão de debêntures no montante de 150 milhões. O referido título foi remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescido do spread de 1,0% ao ano. Contudo em setembro de 2019 efetuou a liquidação antecipada no montante de R\$150.872.

No período findo em 30 de setembro de 2019 a Latina Manutenção de Rodovias não realizou obras passíveis de registro no intangível da Sociedade (R\$3.318 no período findo em 30 de setembro de 2018). As obras quando executadas, possuem condições específicas entre as partes e vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, a Sociedade reconheceu respectivamente o montante de R\$290 e R\$1.155 a título de

Notas Explicativas

remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$506 e R\$1.346 relativo ao rateio da "Holding", que totalizam respectivamente R\$796 e R\$2.501 (R\$471 e R\$1.480, em 30 de setembro de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.400. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados na rubrica "Obrigações sociais" em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são de R\$ 1.464 e R\$1.869, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>30.09.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Imposto de renda	10.881	7.260
Contribuição social	4.103	3.710
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	507	512
Programa de integração social - PIS	261	864
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.204	4.774
Tributos federais retidos	388	649
Impostos sobre serviços - ISS	2.341	2.440
Total	<u>19.685</u>	<u>20.209</u>

Notas Explicativas

17. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Circulante				
Direito de outorga	3.167	8.855	3.200	9.022
Parcela variável (a/b)	757	685	757	685
Total	<u>3.924</u>	<u>9.540</u>	<u>3.957</u>	<u>9.707</u>
	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Não circulante				
Direito de outorga	-	732	-	772
Total	<u>-</u>	<u>732</u>	<u>-</u>	<u>772</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio e acessórias mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

(b) Valor variável complementar correspondente a 22,0% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de setembro de 2019 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Quantidade de parcelas	4	-	4

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 30 de setembro de 2019 e de 2018 ao Poder Concedente foram respectivamente de R\$13.217 (R\$6.858 de parcela fixa e R\$6.359 de parcela variável) de R\$12.604 (R\$6.505 de parcela fixa e R\$6.099 de parcela variável).

18. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações

Notas Explicativas

judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	30.09.2019
Cíveis	1.552	939	(277)	(761)	1.453
Trabalhistas	2.967	1.399	(1.861)	(1.062)	1.443
Regulatório	37	48	-	(48)	37
Total	<u>4.556</u>	<u>2.386</u>	<u>(2.138)</u>	<u>(1.871)</u>	<u>2.933</u>

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	30.09.2018
Cíveis	1.901	986	(777)	(655)	1.455
Trabalhistas	2.360	595	(203)	(193)	2.559
Regulatório	-	37	-	-	37
Total	<u>4.261</u>	<u>1.618</u>	<u>(980)</u>	<u>(848)</u>	<u>4.051</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$3.490 em 30 de setembro de 2019 (R\$3.367 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$ 451 (R\$628 em 31 de dezembro de 2018), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$ 237 (R\$436 em 31 de dezembro de 2018) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção

A provisão de manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	Circulante Manutenção em rodovia	Não circulante Manutenção em rodovia	Total Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	45.565	2.413	47.978
Adições/Reversões	-	5.890	5.890
Utilizações	(33.505)	-	(33.505)
Ajuste a valor presente	-	1.951	1.951
Transferências	<u>10.254</u>	<u>(10.254)</u>	<u>-</u>
Saldo em 30.09.2019	<u>22.314</u>	<u>-</u>	<u>22.314</u>

	Circulante Manutenção em rodovia	Não circulante Manutenção em rodovia	Total Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	28.529	15.113	43.642
Adições/Reversões	-	53.403	53.403
Utilizações	(72.430)	-	(72.430)
Ajuste a valor presente	-	1.530	1.530
Transferências	<u>65.885</u>	<u>(65.885)</u>	<u>-</u>
Saldo em 30.09.2018	<u>21.984</u>	<u>4.161</u>	<u>26.145</u>

Notas Explicativas

As obras e manutenções para o período de 95 meses reequilibrados em TAM assinado no ano de 2006 ainda não foram definidas pela Sociedade e ARTESP conforme mencionado na nota explicativa 1.

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2019 referentes às manutenções realizadas foram de R\$29.326 (R\$75.939 em 30 de setembro de 2018).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é de R\$129.625, compostos por 4.763.110 ações ordinárias e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período findo em 30 de setembro de 2019 a Sociedade pagou dividendos de R\$ 41.119 referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2018.

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No período findo em 30 de setembro de 2019 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$9.971, o qual incide a quantia de R\$1.496, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sendo o saldo líquido de R\$8.475.

No período findo em 30 de setembro de 2019 a Sociedade pagou R\$ 5.383 a título de juros sobre o capital próprio referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

Notas Explicativas

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	121.128	332.535	113.481	319.677
Receita de serviços de construção	17.622	115.083	59.615	122.035
Outras receitas	2.048	5.833	1.869	5.270
Receita bruta	140.798	453.451	174.965	446.982
ISSQN	(6.145)	(16.882)	(5.754)	(16.215)
PIS	(793)	(2.074)	(770)	(2.170)
COFINS	(3.660)	(9.576)	(3.551)	(10.012)
Outras deduções	(15)	(33)	(2)	(9)
Receita líquida	130.185	424.886	164.888	418.576

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(2.626)	(7.425)	(3.044)	(9.145)
Serviços de terceiros	(699)	(2.182)	(1.076)	(2.520)
Manutenção de bens e conservação	(516)	(1.521)	(614)	(1.803)
Consumo	(461)	(1.044)	(428)	(1.339)
Transportes	(20)	(108)	(181)	(418)
Seguros/Garantias	(2)	(21)	-	(6)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(331)	(248)	(203)	(638)
Comunicação e marketing	(226)	(628)	(482)	(1.031)
Indenizações à terceiros	(77)	(248)	(186)	(102)
Publicações legais	(30)	(234)	(41)	(233)
Depreciação / Amortização	(531)	(803)	(139)	(375)
Outros	(339)	(1.002)	(366)	(1.419)
Total	(5.858)	(15.464)	(6.760)	(19.029)
Custos:				
Com pessoal	(5.039)	(15.908)	(4.964)	(15.049)
Serviços de terceiros	(2.316)	(6.808)	(2.060)	(6.076)
Conservação	(3.748)	(11.215)	(3.943)	(8.810)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(281)	(737)	(348)	(1.130)
Consumo	(606)	(1.617)	(600)	(1.595)
Transportes	(980)	(2.880)	(913)	(2.825)
Seguros / Garantias	(531)	(1.387)	(486)	(1.323)
Ônus variável	(2.322)	(6.431)	(2.171)	(6.124)
Provisão de manutenção em rodovias	673	(5.890)	(14.638)	(53.403)
Custos de serviços da construção	(17.622)	(115.083)	(59.615)	(122.035)
Depreciação / Amortização	(18.565)	(50.589)	(12.768)	(37.290)
Amortização da Outorga	(287)	(806)	(206)	(619)
Outros	(59)	(160)	(58)	(114)
Total	(51.683)	(219.511)	(102.770)	(256.393)

Notas Explicativas

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	9.262	28.589	8.158	22.183
Aplicações financeiras	4.781	13.353	8.534	13.804
Outras receitas	452	478	4.967	4.997
Total	14.495	42.420	21.659	40.984
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(21.450)	(69.731)	(25.629)	(53.166)
Atualização monetária do ônus da concessão	(58)	(438)	(135)	(1.217)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(527)	(1.997)	(377)	(1.530)
Outras despesas	(995)	1.498	(1.933)	(4.424)
Total	(23.030)	(70.668)	(28.074)	(60.337)
Variação cambial líquida:				
Variação cambial	(21)	(21)	-	-
Total	(21)	(21)	-	-

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.09.2019	30.09.2018
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	26.860	43.635
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	8.475	10.380
Juros capitalizados	1.000	1.038
Dividendos propostos e não pagos	7.964	10.000
	30.09.2019	30.09.2018
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(64.426)	(87.646)

24. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

Notas Explicativas

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Básico/Diluído				
Lucro do período	42.964	108.829	33.192	84.857
Número de ações durante período	4.763	4.763	4.763	4.763
Lucro por ação	9,02040	22,84880	6,96870	17,81590

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	30.09.2019		31.12.2018	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Ativo					
Equivalentes de caixa	Nível 2	505.142	-	132.084	-
Equivalentes de caixa	Nível 2	179.877	-	182.157	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	26.491	-	21.624
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	496.676	-	471.717
Outros Créditos	Nível 2	-	3.612	-	6.497
		<u>685.019</u>	<u>526.779</u>	<u>314.241</u>	<u>499.838</u>
Passivo					
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	9.865	-	6.991
Debêntures	Nível 2	-	1.588.356	-	1.146.333
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	22.414	-	32.634
Dividendos propostos	Nível 2	-	7.964	-	7.964
Cretores pela concessão	Nível 2	-	3.924	-	10.272
Outras contas a pagar	Nível 2	-	1.698	-	1.720
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	Nível 2	-	576	-	-
		<u>-</u>	<u>1.635.109</u>	<u>-</u>	<u>1.205.914</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Notas Explicativas

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados ao IPCA aproximam-se dos seus valores justos em razão do IPCA ser uma taxa inflacionária divulgada mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e mantém os saldos contábeis dos empréstimos atualizados e em linha aos valores praticados no mercado.

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2019 e em dezembro de 2018 a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2008, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos e debêntures com partes relacionadas.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	5,00%	6,25%	7,50%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(60.852)	(73.766)	(86.679)
Receita de aplicações financeiras	25.360	31.702	38.044
Receita financeira de mútuo e Debêntures privadas (*)	34.001	40.318	46.634
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(1.491)</u>	<u>(1.746)</u>	<u>(2.001)</u>
IPCA	3,78%	4,73%	5,67%
Juros a incorrer - Debêntures	(16.143)	(17.662)	(19.181)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(16.143)</u>	<u>(17.662)</u>	<u>(19.181)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(17.634)</u>	<u>(19.408)</u>	<u>(21.182)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2019, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$ 25.534 (R\$21.034 em 31 de dezembro de 2018) das empresas empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais Meios de Pagamentos Ltda, Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Veloe - Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A., Cielo S.A., Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A. e Auto Expresso - DBTRANS S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registradas na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Capital de giro	10,03%	312	-	-	-	-	312
Debêntures - CDI	5,95%	75.858	260.030	54.727	280.885	709.649	1.381.149
Debêntures - IPCA	10,38%	317.336	8.805	8.959	9.152	160.267	504.519
Fornecedores e cauções contratuais	-	18.651	3.763	-	-	-	22.414
Fornecedores partes relacionadas	-	1.390	-	-	-	-	1.390
Credores pela concessão	-	3.124	800	-	-	-	3.924
Outras contas a pagar	-	1.698	-	-	-	-	1.698
		<u>418.369</u>	<u>273.398</u>	<u>63.686</u>	<u>290.037</u>	<u>869.916</u>	<u>1.915.406</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.10 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	01.04 a 30.06.2020	01.07 a 30.09.2020	Total
Capital de giro	10,03%	312	-	-	-	312
Debêntures - CDI	5,95%	75.858	11.683	220.590	12.169	320.300
Debêntures - IPCA	10,38%	317.336	-	4.298	-	321.634
Fornecedores e cauções contratuais	-	18.651	2.969	794	-	22.414
Fornecedores partes relacionadas	-	1.390	-	-	-	1.390
Credores pela concessão	-	3.124	800	-	-	3.924
Outras contas a pagar	-	1.698	-	-	-	1.698
		<u>418.369</u>	<u>15.452</u>	<u>225.682</u>	<u>12.169</u>	<u>671.672</u>

Notas Explicativas

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 26.491
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	175.953

29. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 14 de outubro de 2019 a Sociedade autorizou a distribuição de dividendos antecipados do exercício 2019, no montante de R\$59.017, e do saldo remanescente de 2018 no montante R\$ 7.964.

Em 15 de outubro de 2019 a Sociedade liquidou a 4ª emissão de debêntures (CDI e IPCA) nos respectivos montantes R\$51.829 e R\$312.276

Em 21 de outubro de 2019 a Sociedade realizou o repasse de R\$35 milhões à controladora Arteris S.A. relativo a primeira série da 8ª Emissão de Debêntures Privadas. O referido título possui taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,00% ao ano com vencimento do principal e juros previsto para setembro de 2024.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfase

Reapresentação do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 e das demonstrações dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018

Em 20 de fevereiro de 2018 emitimos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujo balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 está sendo reapresentado. Em 27 de fevereiro de 2019 emitimos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujo balanço patrimonial está sendo reapresentado. Adicionalmente, em 13 de novembro de 2018 emitimos conclusão sem modificação sobre as informações contábeis intermediárias da Sociedade para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, cujas demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo reapresentadas.

Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às informações contábeis intermediárias, essas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a reclassificação de parte do saldo de caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial por mudança de política contábil da Sociedade. Essa reapresentação está de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de novembro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de setembro de 2019.

Araras, 13 de novembro de 2019

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Presidente

Nelson Segnini Bossolan

Diretor de Operações

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Econômico Financeiro / Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Araras, 13 de novembro de 2019

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Presidente

Nelson Segnini Bossolan

Diretor de Operações

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Econômico Financeiro / Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica